

Diplomacia e conflitos internacionais

Introdução

A *Diplomacia e os Conflitos Internacionais* constituem o tema genérico deste volume 5, da IV série da História – revista da FLUP, relativo ao ano de 2015. De facto, este ano completam-se 200 anos sobre a assinatura da Ata Final do Congresso de Viena e 70 anos sobre o fim da IIª Guerra Mundial.

Ambos os conflitos tiveram a Europa como palco privilegiado, embora envolvessem outros continentes, facto este mais notório e gravoso no caso da IIª Guerra Mundial, do que nas guerras napoleónicas. No entanto, em ambos os casos, o fim das hostilidades deu origem a uma nova ordem europeia e mundial, provocando transformações políticas, sociais e económicas, em que a Diplomacia teve nos dois casos um papel de primeiro plano.

Em 1815, após pouco mais um ano de negociações, ao mais alto nível, na capital austríaca, sob a batuta do Príncipe de Metternich, chegou-se a um tratado que restabelecia a paz na Europa e se tentava um regresso aos regimes vigentes antes da Revolução Francesa. Refira-se que Portugal contribuíra para a derrota final de Napoleão e fora um dos signatários da Paz de Paris em 1814, pelo que ganhara o direito a estar presente neste Congresso. No entanto, as quatro grandes potências vencedoras (Reino Unido, Prússia, Áustria e Rússia) queriam-no impedir de participar nesta reunião.

A habilidade dos diplomatas portugueses presentes em Viena, nomeadamente do conde de Palmela, conseguiu reverter esta situação, apesar de Portugal nesta altura, já ser tratado como uma “potência de segunda ordem”¹ e da dualidade da diplomacia da corte do Rio de Janeiro, conforme refere Jorge Borges de Macedo, dividida entre os interesses lusos na América e na Europa². Ainda de mencionar que a elevação do Brasil, a reino, com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a 16 de dezembro de 1815, segundo Ana Leal de Faria, foi também aprovada neste fórum internacional³.

O ano de 1945, por seu lado, marca o fim das ações armadas contra a Alemanha, bem como contra o Japão e o começo de um afã de negociações diplomáticas entre os denominados “Três Grandes” (Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido) para reorganizar o mundo.

¹ Österreichisches Staatsarchiv, Haus-, Hof- und Staatsarchiv. Stk, Kongressakten, (Monarchencongresse und Ministerialconferenzen) (1814/15 – 1822), Kart 1, (Fz. 1, 2), Kongressakten 1 (fls. 1-254). Nota do conde Palmela para Lord Castlereagh, datada de Viena, 30 de setembro de 1814.

² Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força* (2ª ed., Lisboa: Tribuna da História), 2006, p. 428-430.

³ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815* (Lisboa: Tribuna da História), 2008, p.156-157.

Neste conflito, e nas negociações que se lhe seguiram, Portugal desempenhou um papel menor, mantendo-se neutral e oscilando entre as simpatias pró-nazis ou a aliança britânica, por parte das elites políticas e económicas portuguesas. Finalmente os desenvolvimentos e resultados das ações militares levaram Lisboa a decidir-se pelo campo dos aliados, pelo que apesar da natureza antidemocrática do regime, Portugal pode contar-se entre os membros fundadores da OTAN e da ONU.

Nestes dois eventos, a diplomacia e os diplomatas tiveram um papel relevante, nos seus múltiplos aspetos de representação, negociação e proteção. Tudo isto com o fim último de preservar a Paz, na Europa e no mundo, mas também de garantir vantagens para os vencedores.

Assim, tendo como ponto de partida o tema deste dossiê temático, conforme foi referido na apresentação deste número, diversos autores responderam ao repto lançado e apresentaram vários contributos em que refletem sobre os conflitos internacionais e a forma como a diplomacia e os diplomatas, ao longo dos séculos, vêm lidando com eles. Reflexão, sem dúvida importante, nestes meados da segunda década do século XXI, em que conflitos e crises ameaçam a estabilidade mundial, com novos desafios à ordem estabelecida, e onde as negociações diplomáticas devem desempenhar um papel relevante, para evitar o alastrar da violência e acabar com as tragédias humanas que vem assolando a época atual. Agora e mais que nunca o conhecimento da História revela-se imprescindível para compreendermos o nosso tempo e servir de bússola para nos guiar, rumo a um futuro incerto e desconhecido.

Coordenador do dossiê temático

Jorge Martins Ribeiro